

23 MAI 1997

Discurso-desabafo

Em seu discurso-desabafo de ontem, por ocasião da posse dos novos ministros da Justiça e dos Transportes — Íris Resende e Eliseu Padilha —, o presidente Fernando Henrique voltou a queixar-se da oposição e a atribuir-lhe as responsabilidades pelos dissabores por que ainda passa, em decorrência das denúncias de compra de votos.

O presidente, quanto a isso, não está sendo exatamente justo. As denúncias não partiram da oposição, mas da imprensa, que divulgou conteúdo de fitas, gravadas por ex-deputado, contendo acusações a cinco parlamentares, dois governadores e um ministro de Estado — Sérgio Motta, das Comunicações, casualmente, o mais chegado ao presidente.

Também aí o presidente não primou pela coerência. Disse ontem: "Qualquer suspeita de corrupção deve ser investigada a fundo. Se comprovada, tanto os corruptos como os corruptores devem ser exemplarmente punidos". É exatamente isso o que a oposição — e não apenas

ela, mas a sociedade civil em seu conjunto — quer, ao insistir na instalação de uma CPI para apurar as denúncias.

O presidente diz que quer tudo esclarecido, mas seus líderes trabalham febrilmente no Congresso para que tal não ocorra. É difícil, nesses termos, acreditar na sua veemência. O presidente resume os acontecimentos posteriores à revelação das fitas de forma questionável. Diz: "Ao encontrar verossimilhança nas acusações, a Câmara constituiu comissão investigadora que, em poucos dias, trabalhou corretamente para livrar o conjunto da Casa da pecha de convivência com práticas inaceitáveis". Não foi bem assim. Ou por outra: não foi nada assim.

A comissão de sindicância não conseguiu ouvir nem sequer os deputados flagrados em confissão nas fitas, Ronivon Santiago e João Maia. Seus poderes são de tal forma limitados (pode apenas inquirir deputados) que bastou aos infratores renunciar para escapar do interrogatório e da cassação. Ambos estão agora livres para tentar

novo mandato em 1998. Quanto aos demais envolvidos, nada a fazer: todos declinaram do convite para depor — além de Sérgio Motta, os governadores Amazonino Mendes e Orleir Cameli.

Ao desejar que "a polícia, o Ministério Público e a Justiça atuem com a mesma determinação e presteza para a completa apuração dos fatos e a punição dos culpados", o presidente certamente não estava ironizando. Mas, levando-se em conta o fiasco da comissão de sindicância, poderia parecer que sim. Não houve apuração alguma e as suspeitas trazidas pelo episódio continuam do mesmo tamanho.

O ministro Sérgio Motta, o braço executivo do presidente, perdeu as condições políticas de articulador político do governo. Queimou-se, para dizer o mínimo. Enquanto não sabe ainda o que fará com seu auxiliar, o presidente desabafa: "O futuro do país está nas mãos do Congresso e dos partidos que compõem a sua maioria". Conselheiro Acácio não diria melhor.